

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	12
ABREVIATURAS E SIGLAS	14
PREFÁCIO	16
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I – DIFERENTES PERSPECTIVAS DA CORRUPÇÃO	40
1.1 Conceitos possíveis de corrupção	40
1.1.1 O critério legalista na conceituação de corrupção	42
1.1.2 O critério da opinião pública.....	45
1.1.3 Corrupção sob o critério do interesse público.....	49
1.1.4 A corrupção pelo critério da escola do “Public Office”	53
1.1.5 O abuso do poder confiado como critério.....	55
1.1.6 A concepção mercadológica da corrupção: “rent-seeking” e a escola da “Public Choice”.....	57
1.1.7 A corrupção por um critério institucional.....	61
1.1.8 Um “conceito universal” de corrupção	64
1.2 As principais causas do fenômeno da corrupção apontadas pela doutrina	66
1.2.1 O estado de natureza do homem	67
1.2.2 O “custo-benefício” e a equação de Robert Klitgaard	69
1.2.3 A perda do sentimento de vergonha e do medo de repressão social pelas práticas corruptas.....	76
1.3 Por que combater a corrupção?.....	80
CAPÍTULO II – O TRATAMENTO JURÍDICO DA CORRUPÇÃO	86

2.1 Os esforços estrangeiros de combate à corrupção	86
2.1.1 Pioneirismo norte-americano e o caráter extraterritorial da legislação.....	86
2.1.1.1 False Claims Act – FCA (1863).....	86
2.1.1.2 Foreign Corrupt Practices Act – FCPA (1977).....	89
2.1.1.3 Sarbanes-Oxley Act – SOX (2002).....	95
2.1.2 O Reino Unido e o UK Bribery Act - UKBA (2010)	98
2.2 As diretrizes das organizações internacionais.....	103
2.2.1 A Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA - 1996)	105
2.2.2 Convenção sobre o combate à corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais (OCDE – 1997).....	107
2.2.3 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU – 2003)	113
2.3 O combate à corrupção no contexto do Brasi	115
2.3.1 A sanção da corrupção pela legislação penal.....	117
2.3.2 A responsabilização administrativa por atos de corrupção no âmbito das Leis Federais n.ºs 8.112/1990 e 8.666/1993	125
2.3.3 A lei de improbidade administrativa e a responsabilidade civil por atos de corrupção	129
2.3.4 Um novo marco regulatório no combate à corrupção no Brasil: a Lei Anticorrupção e o fortalecimento dos programas de compliance	132
CAPÍTULO III – O COMPLIANCE NO BRASIL.....	146
3.1 Notas introdutórias: conceitos, origem e objetivos.....	146
3.2 Diretrizes para a elaboração de um programa de integridade	150
3.3 O compliance efetivo e o combate aos programas de fachada...	160

3.4 Programas de compliance como instrumento de autorregulação: vantagens e desvantagens de um programa efetivo	164
3.4.1 Vantagens e desvantagens como instrumento de autorregulação	167
3.4.2 Vantagens e desvantagens inerentes aos programas de compliance	170
3.5 Os custos de um programa de compliance.....	180
3.6 O compliance nas contratações públicas.....	185
3.6.1 Regime geral de licitações e a (in)exigibilidade de programa de compliance	187
3.6.2 A origem dos programas de compliance nas contratações públicas brasileiras.....	189
3.6.3 O Estado do Rio de Janeiro e a Lei Estadual n.º 7.753/2017	190
3.6.4 Os programas de integridade e as contratações públicas na Lei Distrital n.º 6.112/2018	198

CAPÍTULO IV – ASPECTOS DO DIREITO CONCORRENCIAL E COMPETIÇÃO NAS LICITAÇÕES	202
4.1 Uma definição de concorrência e de Direito da concorrência	202
4.2 A defesa da concorrência no Brasil: uma história recente	205
4.3 Princípios da ordem econômica na Constituição de 1988 e nova Lei de Defesa da Concorrência	212
4.3.1 Livre-iniciativa.....	214
4.3.2 Livre-concorrência.....	222
4.3.3 Defesa do consumidor.....	225
4.3.4 Função social da propriedade.....	228
4.3.5 Repressão ao abuso de poder econômico.....	230
4.4 A competição nas licitações públicas	232
4.4.1 A competitividade e os princípios do direito administrativo previstos na Constituição Federal	236

4.4.2 A defesa da competitividade e o princípio da publicidade como instrumento de maximização da concorrência na Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal n.º 8.666/93)	239
--	-----

CAPÍTULO V – ASPECTOS ANTICORRUPÇÃO E CONCORRENCIAIS DA EXIGÊNCIA DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	252
5.1 A exigência de compliance nas contratações públicas como meio de combater a corrupção	252
5.1.1 A legitimação do fiscal do contrato para aferição da efetividade do programa de compliance como um duplo incentivo à corrupção: a questão da aproximação das partes e a concentração de poder	254
5.1.2 Um incentivo aos programas de fachada: 180 dias para se comprovar a mudança de uma cultura	268
5.1.3 Aumentando a burocracia para promover a integridade: uma prova à natureza humana	276
5.1.4 A difusão do discurso da integridade como mecanismo de enfrentamento da corrupção	280
5.2 A exigência de programa de integridade nas contratações com a administração pública restringe a competitividade?	283
5.2.1 A exigência do programa de integridade como cláusula contratual à luz do princípio da livre concorrência	284
5.2.2 A obrigação para os contratos vigentes como um limitador da livre-iniciativa	292
5.2.3 A possibilidade de regulamentação própria por cada ente federativo como potencial limitador da concorrência	296
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES	300
REFERÊNCIAS	314
ANEXO I – QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA PESQUISA	335